



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**14º CONCURSO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR,**  
**ÁREA DE DIREITO, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO**  
**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**

A prova terá duração de 4 (quatro) horas. Não haverá concessão de tempo suplementar para quaisquer fins ou por quaisquer razões. ADMINISTRE BEM O TEMPO DA PROVA – ELE TAMBÉM É FATOR DE AVALIAÇÃO. TOTAL DE FOLHAS, INCLUINDO ESTA CAPA: QUINZE (15)

- 1- Verifique com atenção este caderno de questões, que deverá conter:
  - a) vinte e cinco questões de múltipla escolha, cada qual com quatro alternativas, sendo:
    - sete questões de Direito Constitucional;
    - seis questões de Teoria Geral do Processo;
    - seis questões de Direito Penal;
    - seis questões de Direito Civil;
  - b) folha de respostas às questões objetivas;
  - c) três questões discursivas.
- 2- No caso de se constatar anormalidade no presente caderno de questões (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa *etc.*), solicite a substituição imediata. **NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
- 3- Nas respostas às questões objetivas, deverá ser assinalada apenas uma opção por questão.
- 4- As repostas às questões discursivas deverão ser redigidas exclusivamente no espaço a elas destinado. Não serão consideradas respostas redigidas no verso das folhas ou em desobediência aos respectivos enunciados.
- 5- Nas respostas às questões discursivas, serão avaliados os conhecimentos jurídicos específicos e o domínio do vernáculo.
- 6- É vedada a consulta de qualquer natureza, inclusive à legislação.
- 7- Não é permitida a utilização de corretivo ou substância análoga. As respostas rasuradas na folha de respostas às questões objetivas serão consideradas erradas.
- 8- Para identificar as folhas de respostas (questões objetivas e discursivas), o candidato colocará unicamente o seu número de inscrição no campo apropriado de cada uma delas. Qualquer outra identificação acarretará a **desclassificação do candidato**.
- 9- Este caderno de questões não poderá ser levado pelo candidato, podendo ser retirado posteriormente na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda.
- 10- NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DAS FOLHAS DE RESPOSTAS.**
- 11- A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais de sala não poderão intervir.
- 12- Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**PRIMEIRA PARTE**

**Direito Constitucional**

1) O princípio da proporcionalidade limita a liberdade do agente político, na medida em que vincula suas escolhas aos fins constitucionalmente previstos. Segundo Canotilho e abalizada doutrina, o princípio da proporcionalidade comporta três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Assinale a assertiva que correlaciona acertadamente cada subprincípio a um destes significados:

I – os meios escolhidos devem impor desvantagens justificáveis à luz das vantagens proporcionadas pelos fins colimados;

II – os meios escolhidos devem ser os menos gravosos ao cidadão;

III – os meios escolhidos devem ser aptos a atingir os fins colimados.

(a) Adequação = I; Necessidade = II; Proporcionalidade em sentido estrito = III;

(b) Adequação = III; Necessidade = II; Proporcionalidade em sentido estrito = I;

(c) Adequação = I; Necessidade = III; Proporcionalidade em sentido estrito = II;

(d) Adequação = II; Necessidade = I; Proporcionalidade em sentido estrito = III.

2) Não é função institucional do Ministério Público:

(a) promover, privativamente, a ação penal pública;

(b) exercer o controle externo da atividade policial;

(c) requisitar da polícia judiciária diligências investigatórias;

(d) exercer a representação judicial da União.

3) A propósito das súmulas vinculantes, assinale a opção incorreta:

(a) A competência para a edição de súmulas vinculantes é concorrente, podendo editá-las o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral.

(b) Diz a Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal, que proíbe o nepotismo: “*A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendendo o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal*”.

(c) Diz a Súmula Vinculante 25 do Supremo Tribunal Federal: “*É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito*”.

(d) Assim como o instituto da repercussão geral, a súmula vinculante foi introduzida no ordenamento brasileiro pela Emenda Constitucional 45/2004, que promoveu a chamada “Reforma do Judiciário”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

4) Seguem os arts. 20 e 26 da Constituição:

“Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

[...]”

“Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.”

A partir da leitura dos dispositivos acima transcritos, pode-se concluir que o rio Paraíba do Sul...

(a) é um bem do Estado do Rio de Janeiro, como são em geral as águas superficiais ou subterrâneas nele localizadas.

(b) é um bem da União, como são os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais.

(c) pertence a proprietários diversos, conforme o registro público.

(d) é um bem dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, em condomínio.

5) Sobre o controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, pode-se afirmar:

(a) Cabe ao Poder Judiciário determinar a realização pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas.

(b) É vedado ao Poder Judiciário rever a legalidade e constitucionalidade dos atos administrativos, especialmente sob o prisma do respeito ao princípio da moralidade.

(c) Cabe ao Poder Judiciário anular atos administrativos quando eivados de vícios que os tornam



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

ilegais, bem como revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

(d) Todas as opções anteriores estão incorretas.

6) Assinale a opção incorreta:

(a) Ao afirmar a constitucionalidade da pesquisa científica com células-tronco embrionárias, no julgamento da ADI 3510/08, o Supremo Tribunal Federal considerou, entre outras coisas, que a Lei de Biossegurança é um *“instrumento de encontro do direito à saúde com a própria Ciência”*.

(b) No julgamento do Agravo Regimental na Suspensão de Tutela Antecipada 175 e em outros precedentes, o Supremo Tribunal Federal tem decidido que, em matéria de saúde pública, a responsabilidade dos entes da Federação é solidária.

(c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, dizer que o direito à saúde caracteriza uma norma programática, sem aplicabilidade alguma senão nos termos de lei infraconstitucional, é afirmar a força normativa da Constituição (STA 175 Ag Reg).

(d) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

7) Diz a Constituição da República:

“Art. 109 - Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

V-A - as causas relativas a direitos humanos a que se refere o parágrafo quinto deste artigo;

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII - os "habeas corpus", em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - os mandados de segurança e os "habeas data" contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o ‘exequatur’, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

Parágrafo primeiro - as causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

Parágrafo segundo - As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

Parágrafo terceiro - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

Parágrafo quarto - Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Parágrafo quinto - Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”

Considerando que o dispositivo acima transcrito é taxativo, com a ressalva do previsto em seu parágrafo 3º, assinale a opção incorreta ou, não havendo, "d":

- (a) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas cíveis em que é autora ou ré sociedade de economia mista de que participa a União e os crimes praticados em seu detrimento.
- (b) Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.
- (c) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (d) Todas as assertivas anteriores estão corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**Teoria Geral do Processo**

8) A propósito das condições da ação, assinale a assertiva incorreta:

- (a) Segundo sólido entendimento doutrinário, o interesse processual identifica-se com a necessidade de o autor ir a juízo para obter a satisfação do direito afirmado, e com a utilidade que o provimento jurisdicional pode lhe proporcionar.
- (b) A decisão liminar positiva do juiz, determinando a citação, não gera preclusão, de modo que se pode depois reexaminar se presentes as condições da ação.
- (c) O Ministério Público possui legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- (d) O Ministério Público possui legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

9) Sobre as provas, assinale a assertiva incorreta:

- (a) Nessa matéria, vigora o princípio da atipicidade dos meios de prova.
- (b) Em regra, como previsto pelo Código de Processo Civil: o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- (c) Em regra, como previsto pelo Código de Processo Penal, a prova da alegação incumbe a quem a fizer.
- (d) Em regra, o juiz deve fundamentar sua decisão nos elementos informativos colhidos na investigação, dispensado-se a repetição das provas em juízo, em homenagem ao direito a um processo em tempo razoável.

10) Como fiscal da lei, cabe ao Ministério Público intervir em todas as causas abaixo listadas, exceto uma. Assinale a exceção:

- (a) causas em que há interesses de incapazes;
- (b) litígios coletivos pela posse da terra rural;
- (c) litígios em que é parte a União;
- (d) causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

11) Sobre os vícios do ato processual, assinale a assertiva incorreta:

- (a) Segundo o princípio da causalidade, a nulidade de um ato processual contamina, em cadeia, os atos posteriores dele dependentes.
- (b) A falta de fundamentação é causa de nulidade relativa da sentença.
- (c) Por força do princípio da instrumentalidade, não se invalida o ato processual praticado em desconformidade com a lei processual, se inexistir prejuízo, isto é, se forem resguardados os objetivos visados pela lei ao prescrever certa forma ao ato.
- (d) Por força do princípio da economia processual, a nulidade de um ato processual não contamina



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

os atos posteriores dele independentes.

12) Sobre a eficácia da lei processual no tempo e no espaço, assinale a assertiva correta:

- (a) A eficácia espacial da lei processual segue o princípio da ubiquidade.
- (b) Em regra, a escolha da lei processual civil é determinada pelas regras de conexão, que podem, inclusive, remeter ao direito estrangeiro.
- (c) Diante da lei processual nova, adota-se, no Brasil, o sistema da unidade processual, segundo o qual o processo deve reger-se, até o fim, pela lei processual em vigor quando iniciado.
- (d) Diante da lei processual nova, adota-se, no Brasil, o sistema do isolamento dos atos processuais, segundo o qual são válidos e eficazes os atos processuais já praticados, aplicando-se a lei nova aos atos por praticar.

13) Sobre o inquérito policial, assinale a assertiva incorreta:

- (a) Tanto o inquérito policial quanto o processo penal são preordenados a apurar, em definitivo, a autoria e a materialidade dos delitos.
- (b) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito relatado à autoridade policial, para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (c) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (d) Mesmo depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**Direito Penal**

14) A propósito do concurso aparente de normas penais, assinale a opção incorreta ou, não havendo, "d":

- (a) *Lex specialis derogat legi generali.*
- (b) *Lex primaria derogat legi subsidiariae.*
- (c) *Lex consumens derogat legi consumptae.*
- (d) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

15) Sobre o conceito doutrinário de crime, pode-se afirmar:

- (a) Eis o conceito analítico: conduta que ofende um bem jurídico penalmente tutelado.
- (b) Eis o conceito formal: conduta proibida por lei, sob a ameaça de sanção penal.
- (c) Eis o conceito material: conduta típica, antijurídica e culpável.
- (d) Eis o conceito material: conduta típica e antijurídica.

16) A propósito do concurso de crimes, assinale a opção correta:

- (a) O Código Penal prevê três formas de concurso de crimes: concurso formal, material e continuidade delitiva.
- (b) Havendo concurso formal, perfeito ou imperfeito, as penas são aplicadas cumulativamente.
- (c) Havendo concurso formal, perfeito ou imperfeito, será aplicada a pena do crime mais grave aumentada de um sexto até a metade.
- (d) Não há continuidade delitiva em crimes dolosos contra vítimas diferentes.

17) São causas de extinção da punibilidade:

- (a) o arrependimento eficaz e a desistência voluntária;
- (b) a morte do agente e a prescrição;
- (c) a morte do agente e a desistência voluntária;
- (d) o arrependimento eficaz e a prescrição.

18) O fabricante da tinta utilizada para pichar o Cristo Redentor...

- (a) ... não dá causa ao dano do monumento tombado, segundo a teoria da equivalência dos antecedentes (art. 13, *caput*, do Código Penal).
- (b) ... dá causa ao dano do monumento tombado, incidindo nas penas do art. 163, par. ún., III, do Código Penal ("Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Dano qualificado. Parágrafo único - Se o crime é cometido: [...] III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista").
- (c) ... dá causa ao dano do monumento tombado, incidindo, por força do princípio da especialidade,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

nas penas do art. 65, § 1º, da Lei de Crimes Ambientais (“Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. § 1o Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa).

(d) Nenhuma das opções anteriores completa corretamente a frase.

19) Maria falsifica a assinatura de seu genitor, já falecido, em uma procuração que lhe confere poderes para receber, em prejuízo do INSS, benefício previdenciário a que ele faria jus se vivo estivesse. Durante alguns meses, Maria efetivamente logra perceber o benefício indevidamente.

(a) Maria praticou um crime permanente, segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

(b) Maria praticou um crime instantâneo de efeitos permanentes, segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

(c) Na situação descrita, é pertinente invocar o art. 109, IV, da Constituição: “Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: [...] IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”.

(d) Maria praticou crimes diversos, incluindo o estelionato previdenciário, algumas vezes, e o falso material, devendo responder por todos cumulativamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**Direito Civil**

20) A propósito da lacuna e antinomia no direito, assinale a opção incorreta:

- (a) A antinomia aparente pode ser resolvida segundo critérios dados pelo ordenamento jurídico, especialmente o hierárquico, cronológico e de especialidade.
- (b) A lacuna aparente ocorre nos casos em que o direito objetivo não oferece, em princípio, uma solução.
- (c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (d) A lei nova, mesmo que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

21) Assinale a opção incorreta:

- (a) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
- (b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (c) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade, conforme previsão expressa do Código Civil.
- (d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

22) Sobre o domicílio, é incorreto afirmar:

- (a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- (b) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- (c) O lugar onde a pessoa natural exerce a profissão é, em qualquer caso, irrelevante na identificação do seu domicílio.
- (d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

23) Sobre a prescrição e a decadência, é incorreto afirmar:

- (a) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não corre a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- (b) A prescrição fulmina o direito potestativo, ante a inércia do titular e o decurso do tempo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

- (c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- (d) A prescrição e a decadência não correm contra os absolutamente incapazes.

24) À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção incorreta:

- (a) O princípio da prevenção aplica-se nos casos em que há conhecimento prévio das lesões que determinada atividade pode causar no ambiente, sendo também conhecido como princípio da precaução.
- (b) Atualmente, já há precedentes admitindo a possibilidade de indenizar-se o dano moral coletivo.
- (c) Admite-se a inversão do ônus da prova em processos que discutam a responsabilidade por dano ambiental, por força dos arts. 6º do CDC e 21 da Lei de Ação Civil Pública, conjugados ao princípio da precaução.
- (d) O princípio da precaução preconiza que as ações positivas em favor do meio ambiente devem ser tomadas mesmo sem evidência científica absoluta de perigo de dano grave e irreversível.

25) No que tange à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre direito civil e do consumidor, assinale a opção correta:

- (a) Nem todos os fatos do mundo natural produzem efeitos jurídicos. O tempo, por exemplo, não os produz.
- (b) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça abandonou completamente a concepção subjetiva ou finalista de consumidor, segundo a qual só se reputa consumidor a pessoa física ou jurídica que adquire o produto no mercado a fim de consumi-lo.
- (c) Embora consagre a teoria subjetiva ou finalista de consumidor, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça atualmente admite a aplicação das normas do CDC a determinados consumidores profissionais, desde que seja demonstrada a vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica. Houve, portanto, um abrandamento daquela teoria.
- (d) O princípio da *actio nata* pretende fixar quando tem início a prescrição, estabelecendo como termo *a quo* o momento do nascimento do direito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**Nº DE INSCRIÇÃO:** \_\_\_\_\_

1. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
2. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
3. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
4. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
5. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
6. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
7. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
8. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
9. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
10. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
11. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
12. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
13. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
14. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
15. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
16. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
17. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
18. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
19. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
20. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
21. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
22. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
23. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
24. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)
25. <sup>a</sup> QUESTÃO	(A)	(B)	(C)	(D)





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**Nº DE INSCRIÇÃO:** \_\_\_\_\_

2) A lei penal pode retroagir? Responda justificadamente. Utilize apenas as 20 linhas abaixo (20 pontos).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda

**Nº DE INSCRIÇÃO:** \_\_\_\_\_

3) Diferencie invalidade e ineficácia do negócio jurídico, citando exemplos. Utilize apenas as 20 linhas abaixo (20 pontos).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---